



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Janeiro/2012

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - APJ** **Assistente Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AC', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

1 *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela, que hoje abrangem quase todo o globo terrestre, podem ser descritas sucintamente por alguns traços gerais: o Estado-nação, o capitalismo, a forma industrial de organização da produção; a convivência e sociabilidade urbanas; e os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade. Tais traços, por si sós, entretanto, não eliminaram seus contrários – solidariedades étnicas, formas pré-capitalistas de produção, a vida rural ou as hierarquias sociais. A novidade moderna consiste, antes, na rearticulação, em todos os planos, das formas e relações sociais antigas sob a égide desses novos traços.*

15 *Assim, no que diz respeito à organização social, as hierarquias, os privilégios, as deferências e os outros modos de expressão das desigualdades entre os seres humanos passaram, para serem aceitos, a depender de outras lógicas de construção e justificação. Tornaram-se, do mesmo modo, fontes permanentes de contestação, propiciadoras de lutas libertárias de emancipação e fermento de novas identidades sociais.*

(Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. "Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação". In **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 168)

1. O autor,

- (A) ao caracterizar as sociedades modernas, chama a atenção para o fato de que o perfil desenhado tem abrangência universal, dado o cenário globalizante da contemporaneidade.
- (B) ao realizar a descrição das sociedades modernas, por meio de seus *traços gerais*, ordena-os de modo a expressar *sucintamente* o avanço de sua importância.
- (C) na série anunciada pelos dois-pontos (linha 5), elenca características exatamente proporcionais entre si, o que motiva a sequência delas sem a formação de qualquer tipo de subconjunto.
- (D) ao mencionar *Tais traços*, faz o pronome retomar especificamente o segmento *os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade*, ainda que sob a expressão *alguns traços gerais*, usada antes, tenha acolhido mais itens.
- (E) no terceiro período do primeiro parágrafo, com fundamentos manifestos, expressa um juízo que nega o caráter absoluto ou independente da descrição feita no período inicial.

2. É INCORRETO afirmar:

- (A) a expressão *no que diz respeito à organização social* (linha 15) traduz, no contexto, uma circunstância, implicando um traço restritivo.
- (B) a ideia de que *hierarquias, privilégios e deferências* (linha 16) expressam desigualdades entre os seres humanos está presente no texto, mas de modo subentendido.
- (C) em sociedades modernas, europeias ou não, houve uma ampla reorganização da ordem social quando formas de ação conservadoras conseguiram se sobrepujar aos modernos modos de articulação social, forma de produção e valores jurídicos.
- (D) em aparente contradição, em quase todo o mundo, as desigualdades entre os seres humanos são concomitantemente admitidas e rejeitadas, recusa esta que instiga alterações na organização social.
- (E) compreende-se do texto que grupos humanos buscam legitimar as *desigualdades* (linha 17) entre os seus componentes encadeando-as coerentemente nas convenções da sua peculiar organização social.

3. Afirma-se com correção:

- (A) em *ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela* (linhas 1 a 3), ambas as sequências introduzidas por **ou** conectam-se diretamente ao segmento *As sociedades modernas*.
- (B) a expressão *por si sós* (linha 9) expressa, no contexto, uma causa.
- (C) se *antes* (linha 12) for substituído por "sobretudo", o sentido original se mantém.
- (D) é admissível considerar que a frase iniciada por *Assim* (linha 15) denota uma ilação.
- (E) a substituição de *para serem aceitos* (linha 18) por "à fim de serem aceitos" mantém a correção e o sentido originais.

4. A substituição que, acolhida pelo padrão culto escrito, mantém o sentido original do texto é a de

- (A) *As sociedades modernas da Europa ocidental [...] podem ser descritas* (linhas 1 a 4) **por** "As sociedades modernas da Europa ocidental [...], pode-se descrevê-las".
- (B) *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados* (linhas 1 e 2) **por** "As sociedades modernas, seja da Europa ocidental, seja dos continentes e espaços colonizados".
- (C) *entretanto* (linha 9) **por** "nesse íterim".
- (D) *sob a égide desses novos traços* (linha 14) **por** "sob a camuflagem desses novos traços".
- (E) *as deferências* (linha 16) **por** "as licenciosidades".



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 7, considere o texto que segue.

- 1 O destino cruzou o caminho de D. Pedro em situação de desconforto e nenhuma elegância. Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822, o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga. A causa dos distúrbios intestinais é desconhecida. Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista, ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar. Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, subcomandante da guarda de honra e futuro barão de Pindamonhangaba, usou em suas memórias um eufemismo para descrever a situação do príncipe. Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apejar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.

(Laurentino Gomes, **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 29)

5. É correto afirmar sobre o excerto:
- (A) Formas verbais empregadas, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *estava* (linha 5), denotam que o autor, nesse trecho, limita-se a citar fatos passados concebidos por ele como contínuos.
- (B) A presença concomitante de certas formas verbais, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *é* (linha 6), evidencia que o autor, nesse trecho, mescla segmentos narrativos com comentários a respeito dos fatos.
- (C) Transformando a oração reduzida *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga* (linhas 2 e 3) em desenvolvida, obtém-se “Aproximando-se do riacho do Ipiranga”.
- (D) Transpondo a frase *Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo [...] usou em suas memórias um eufemismo* (linhas 10 a 14) para a voz passiva, obtém-se a forma verbal “tinha usado”.
- (E) Considerado o contexto, a substituição do modo subjuntivo pelo modo indicativo em *tenha sido* (linha 7) não interfere no sentido original, pois em nada fica alterada a atitude do falante em relação ao fato citado.

6. A análise do texto legitima a seguinte afirmação:

- (A) A organização da frase inicial exige que se considere o termo subentendido “sem” (“sem nenhuma elegância”), única possibilidade de torná-la sintaticamente adequada.
- (B) Os segmentos *futuro imperador do Brasil e rei de Portugal* e *o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo* exercem a mesma função sintática nas frases em que estão inseridos.
- (C) As aspas em “prover-se” sinalizam o sentido pejorativo que o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo emprestou à expressão.
- (D) Ainda que não tenha impedido a compreensão, a ausência do plural no segundo substantivo da expressão *tropa de mula* só pode ser entendida como um deslize, pois não há possibilidade de o padrão culto acatar essa formulação.
- (E) Considerando que *futuro* significa “que ainda está por vir”, nota-se que, nos casos em que a palavra foi usada (linhas 4 e 13), se toma como “presente” do que está por vir o dia do fato a que o autor se refere.

7. Cada alternativa apresenta segmento transcrito do texto e o mesmo segmento pontuado de modo diferente. A alteração que preserva o respeito ao padrão culto escrito, mas que provoca mudança do sentido original, é a encontrada em:

- (A) *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822,*
Ao se aproximar do riacho do Ipiranga – às 16h30 de 7 de setembro de 1822 –
- (B) *o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga.*
o príncipe regente futuro imperador do Brasil, e rei de Portugal, estava com dor de barriga.
- (C) *Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.*
Acredita-se, que tenha sido algum alimento malconservado, ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.
- (D) *ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.*
ou, a água contaminada; das bicas e chafarizes, que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.
- (E) *Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apejar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.*
Segundo ele a intervalos regulares, D. Pedro se via obrigado, a apejar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.



8. As ideias estão articuladas de modo claro e correto na seguinte frase:

- (A) Mesmo sendo ele um hábil articulador e a despeito do grande prestígio de que gozava, não obteve êxito na transação, pois a verdadeira natureza do negócio lhe escapara.
- (B) Dependendo a transação de um hábil articulador e que gozasse de grande prestígio, do mesmo modo ele não obteve êxito nisso: faltara-lhe a verdadeira natureza do negócio.
- (C) Ele não obteve êxito no processo na transação, ainda que sempre foi hábil articulador e apesar de gozava de grande prestígio, dado a verdadeira natureza do negócio, que tinha ficado obscuro para ele.
- (D) Sendo ele um hábil articulador e gozando de grande prestígio não obteve êxito na transação, visto a verdadeira natureza do negócio ter escapado para ele.
- (E) Não obstante o hábil articulador que era e do grande prestígio que sempre desfrutou não obteve êxito na transação, deixando de ter clara a verdadeira natureza do negócio.

9. A frase que está redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Em que pese sobre ele todas as denúncias, comprovadas ou não, insiste por permanecer no cargo, desafiando o senso comum de que deveria pedir demissão.
- (B) Meritíssimo, baseado nos documentos que vão em anexo, solicito vossa interferência para que se apressem as providências legais sugeridas por seu assessor.
- (C) Incipientes ou não nesse tipo de pesquisa, infringiram normas discutidas dias atrás, motivo pelo qual não lhes dei endosso, sabendo que a maior parte deles o deseja muito.
- (D) Não sei das causas que lhes impediram de questionar o modo que foi discutido o dissídio, mas acho que os representantes da classe sabem o porquê disso.
- (E) Não é estranho, a meu ver, essa postergação, principalmente se levar em conta a hesitação que manifestaram anteriormente sobre a data do encontro.

10. A frase que está em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Impingiu os filhos, sem grande discrição, convenhamos, a ideia de que a melhor solução seria encaminhá-los a um curso profissionalizante dali a dois semestres.
- (B) Sabia que nada poderia sortir tanto efeito quanto a promessa de que, em sendo necessário, seria, e sem resquício de dúvida, o depositário da causa de seus concidadãos.
- (C) Reteve os documentos para fazer a rescisão dos novos discidentes, mas não suspendeu os privilégios dos que lhe tinham prestado serviços até aquele momento.
- (D) Ele é aquele a quem os astros nunca favoreceram, por isso diz que, se alguém lhe previr benesses de uma conjunção astral, reivindicará o direito de digladiar com ele.
- (E) Fosse quais fossem as questões a serem debatidas, os funcionários cujos salários estavam atrasados combinaram não interpelar, mas também não transigir com a chefia.

Legislação Aplicada

11. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), a respeito do exercício do cargo público, é INCORRETO afirmar:

- (A) A promoção interrompe o exercício.
- (B) O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.
- (C) O responsável pelo serviço onde deva servir o funcionário, é competente para dar-lhe exercício.
- (D) O funcionário denunciado por crime funcional será afastado do exercício, até decisão final passada em julgado.
- (E) O funcionário que não entrar em exercício, no prazo legal, perderá o cargo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

12. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), denomina-se aproveitamento o

- (A) reingresso no serviço público do servidor aposentado, por interesse e requisição da Administração, respeitada a opção do servidor.
- (B) ato pelo qual o funcionário demitido ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (C) ato pelo qual o funcionário exonerado ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (D) reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, respeitada a opção do servidor.
- (E) retorno à atividade do funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente, pela sua natureza e vencimento, ao anteriormente ocupado.

13. Considere:

- I. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com sede na Comarca da Capital e Jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de trinta e nove desembargadores.
- II. O Juiz mais antigo somente poderá ser recusado pelo voto nominal, aberto e fundamentado de dois terços dos integrantes do Tribunal de Justiça, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
- III. Um terço dos lugares do Tribunal de Justiça será composto, alternadamente, de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007, e alterações posteriores), está correto o que se afirma APENAS em

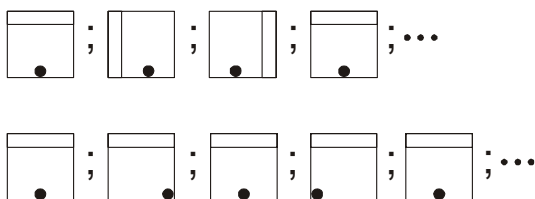
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.



14. De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007) no que concerne à composição, funcionamento e atribuições da Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar:
- (A) A Corregedoria Geral da Justiça fará inspeções mensais em todas as circunscrições.
 - (B) Os juízes membros da Comissão Estadual Judiciária de Adoção serão livremente indicados pelo Corregedor Geral da Justiça, independentemente da entrada a que pertencam.
 - (C) O Corregedor Geral da Justiça não poderá requisitar, de qualquer repartição pública ou autoridades, informações e garantias necessárias ao desempenho de suas atribuições, devendo solicitá-las ao Presidente do Tribunal.
 - (D) O Corregedor Geral de Justiça poderá requisitar qualquer processo aos juizes de primeiro grau de jurisdição, tomando ou expedindo nos próprios autos, ou em provimento, as providências ou instruções que entender necessárias ao andamento do processo.
 - (E) A Corregedoria Geral da Justiça cientificará da correção, com antecedência de cinco dias, a Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público Estadual, nas pessoas dos seus representantes legais.

Raciocínio Lógico

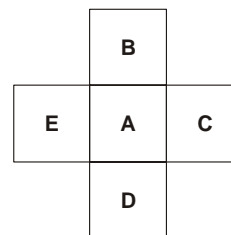
15. A sequência de figuras denominada A é formada por três figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem. A sequência de figuras denominada B é formada por quatro figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem.



Considerando as 15 primeiras figuras de cada sequência pode-se observar que o número de vezes em que as duas sequências apresentam figuras simultaneamente iguais é

- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 5.
16. Em uma enquete dez pessoas apreciam simultaneamente as praias **J**, **M** e **N**. Doze outras pessoas apreciam apenas a praia **N**. O número de pessoas que apreciam apenas a praia **M** é 4 unidades a mais que as pessoas que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **N**. E uma pessoa a mais que o dobro daquelas que apreciam apenas a praia **M** são as que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **M**. Nenhuma outra preferência foi manifestada nessa enquete realizada com 51 pessoas. A sequência de praias em ordem decrescente de votação nessa enquete é
- (A) **J**; **N**; **M**.
 - (B) **J**; **M**; **N**.
 - (C) **M**; **J**; **N**.
 - (D) **M**; **N**; **J**.
 - (E) **N**; **M**; **J**.

17. A figura mostra uma composição de cinco quadrados, todos com medida dos lados iguais a 4 cm. Imagine que o quadrado C se desloque, sobre o lado comum entre C e A, a distância de 1 cm aproximando-se do quadrado D. Imagine também que o quadrado D se desloque, sobre o lado comum entre D e A, à distância de 2 cm aproximando-se de E. Ainda imagine que o quadrado E se desloque, sobre o lado comum entre E e A, à distância de 3 cm aproximando-se de B.



O contorno da figura resultante dessas alterações imaginadas simultaneamente é um polígono com o número de lados igual a

- (A) 14.
- (B) 16.
- (C) 20.
- (D) 24.
- (E) 25.

18. Na sequência 1, 5, 8, 2, 6, 9, 3, 7, 10, 4, ... a lei de formação é uma adição, outra adição, uma subtração e repete a primeira adição, a segunda adição e a subtração, sempre da mesma maneira. Utilize exatamente a mesma lei de formação para criar uma sequência de números naturais a partir do número 7, e outra a partir do número 15. A diferença entre o décimo termo da segunda sequência criada e o décimo termo da primeira sequência criada é

- (A) 8.
- (B) 11.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 19.

Noções de Informática

19. Considere a planilha MS-Excel (2003):

	A	B
1	pri	2
2	seg	200
3	ter	450
4	qua	3
5	qui	32
6	sex	98
7	set	78
8	oit	47
9	non	8

O número 8 constante da célula B9 foi obtido pela função

- (A) =SOMA(B1:B8).
- (B) =CONT.NÚM(B1:B8).
- (C) =MÁXIMO(B1:B8).
- (D) =MÍNIMO(B1:B8).
- (E) =MÉDIA(B1:B8).



20. No MS-Word 2003, (I) Comparar e mesclar documentos e (II) Colunas são opções que podem ser acessadas, respectivamente, nos menus

- (A) Exibir e Formatar.
- (B) Formatar e Inserir.
- (C) Editar e Ferramentas.
- (D) Ferramentas e Formatar.
- (E) Ferramentas e Exibir.

21. Utilidades tais como calendário, temperatura, relógio e medidor de cpu, entre outras, podem ficar fixamente presentes na área de trabalho do MS-Windows 7. Trata-se de

- (A) painel de controle de serviços.
- (B) serviços administrativos.
- (C) *gadgets*.
- (D) *budgets*.
- (E) ícones da área de notificação.

22. Sobre vírus de computador é correto afirmar:

- (A) Se um vírus for detectado em um arquivo de programa e não puder ser removido, a única solução é formatar o disco onde o vírus se encontra para que ele não se replique.
- (B) Se a detecção do vírus tiver sucesso, mas a identificação ou a remoção não for possível, então a alternativa será descartar o programa infectado e recarregar uma versão de *backup* limpa.
- (C) Um antivírus instalado garante que não haverá nenhuma contaminação por vírus, pois os programas antivírus detectam e removem todos os tipos de vírus originados de todas as fontes de acesso ao computador.
- (D) Um vírus é um programa independente que pode se replicar e enviar cópias de um computador para outro através de conexões de rede. Na chegada, o vírus pode ser ativado para replicar-se e propagar-se novamente.
- (E) Um *worm* (verme) é um software que pode infectar outros programas, modificando-os; a modificação inclui uma cópia do programa do *worm*, que pode então prosseguir para infectar outros programas.

Noções de Direito Constitucional

23. Peixoto, membro do Ministério Público Estadual, está passando por enorme dificuldade financeira, e precisa auferir maior rendimento para custear as suas despesas básicas, pois o seu subsídio não está sendo suficiente. Nesse caso, para complementar sua renda, Peixoto poderá

- (A) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- (B) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais nas causas que funcionar.
- (C) exercer a advocacia, desde que não advogue contra o Estado.
- (D) exercer uma função de magistério.
- (E) exercer atividade político-partidária em qualquer situação.

24. Lúcio, Amélia e Tito, respectivamente, pai, mãe e filho, são lavradores na pequena Cidade de Amambaí, Estado do Mato Grosso do Sul, e sozinhos, sem a ajuda de funcionários, cultivam soja na sua pequena propriedade rural, assim definida em lei. Lúcio investiu todas as suas economias pessoais na compra de uma máquina específica para ajudar a sua família na colheita da soja, acreditando que seria farta e que a máquina lhes traria um excelente resultado econômico. Porém, ocorreu uma geada que estragou toda a plantação, deixando Lúcio sem condições de saldar seus débitos vencidos decorrentes da atividade produtiva, sendo processado judicialmente. Nesse caso, a referida pequena propriedade rural

- (A) será penhorada, porém o Juiz limitará a penhora à parte de propriedade de Lúcio, pois Amélia e Tito não compraram a máquina.
- (B) é penhorável sempre porque deve garantir o pagamento integral das dívidas decorrentes da atividade produtiva, independentemente da existência de outros bens.
- (C) será penhorada desde que não existam outros bens penhoráveis.
- (D) será penhorada, mas, segundo a Constituição Federal, o Juiz dará a prévia oportunidade a Lúcio de pagar as dívidas em trinta e seis meses sem juros.
- (E) é impenhorável, face a vedação constitucional.

25. Aos servidores titulares de cargos efetivos dos Estados é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, sendo correto afirmar que o tempo de contribuição estadual e o tempo de serviço correspondente serão contados, respectivamente, para efeitos de

- (A) nomeação a cargo de comissão e promoção.
- (B) aposentadoria e de disponibilidade.
- (C) promoção e de aumento de vencimentos.
- (D) afastamento e de designação à função de comissão.
- (E) aumento de vencimentos e de nomeação a cargo de comissão.



26. A causa decidida, em última instância, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, quando a decisão recorrida contrariar lei federal, será julgada pelo
- (A) Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário.
- (B) Superior Tribunal de Justiça em recurso ordinário.
- (C) Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.
- (D) Supremo Tribunal Federal em recurso ordinário.
- (E) Tribunal Regional Federal competente.

Noções de Direito Administrativo

27. Analise sob o tema dos princípios da Administração Pública:

- I. Ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público acerta com o particular a realização de determinado empreendimento ou a abstenção de certa conduta, no interesse recíproco da Administração.
- II. Atos enunciativos ou declaratórios de uma situação anterior criada por lei. Nesse caso, não cria um direito, mas reconhece a existência de um direito criado por norma legal.

Esses atos administrativos são denominados, respectivamente,

- (A) protocolo administrativo e apostilas.
- (B) apostila e portarias.
- (C) homologação e ordens de serviço.
- (D) protocolo administrativo e provimentos.
- (E) autorização e concessões.

28. No que se refere à responsabilidade da Administração Pública, é certo que

- (A) a doutrina moderna, distinguindo atos de *jus imperii* e de *jus gestionis*, admite responsabilidade objetiva da Administração somente quando o dano resulta de atos de gestão, excluindo-se os atos de império.
- (B) o ato legislativo típico, a exemplo da lei ordinária, em qualquer situação, que cause prejuízo ao particular, é indenizável objetivamente pela Administração Pública.
- (C) o ato judicial típico, lesivo, não enseja responsabilidade civil por parte da Administração Pública e nem por parte do juiz individualmente, em qualquer hipótese.
- (D) o dano causado por agentes da Administração Pública por atos de terceiros ou por fenômenos da natureza, também são indenizáveis objetivamente pela Administração.
- (E) os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Legislativo e Judiciário, equiparam-se aos demais atos da Administração e, se lesivos, empenham a responsabilidade objetiva da Fazenda Pública.

29. Considere sob o foco do poder hierárquico:

- I. Chamar a si funções originariamente atribuídas a um subordinado significa avocar, e só deve ser adotada pelo superior hierárquico e por motivo relevante.
- II. A revisão hierárquica é possível, desde que o ato já tenha se tornado definitivo para a Administração ou criado direito subjetivo para o particular.
- III. As delegações quando possíveis, não podem ser recusadas pelo inferior, como também não podem ser subdelegadas sem expressa autorização do delegante.
- IV. A subordinação e a vinculação política significam o mesmo fenômeno e não admitem todos os meios de controle do superior sobre o inferior hierárquico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

30. Em matéria de atributos do ato administrativo é certo que

- (A) a imperatividade está presente em todos os atos administrativos, salvo os normativos, e dependem da sua declaração de validade ou invalidade.
- (B) a presunção de veracidade e legitimidade não transfere, como consequência, o ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca.
- (C) a presunção de legitimidade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que arguidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.
- (D) o reconhecimento da autoexecutoriedade do ato administrativo tornou-se mais abrangente em face da legislação constitucional, entretanto sua execução depende, em regra, de ordem judicial.
- (E) a exequibilidade e a operatividade não possibilitam que o ato administrativo seja posto imediatamente em execução, porque sempre exigem autorização superior ou algum ato complementar.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. A inclusão da Assistência Social na Constituição Federal Brasileira de 1988 significou a ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de
- (A) atendimento a determinadas necessidades de proteção social, efetivando, portanto, a seguridade social contributiva.
 - (B) responsabilidade mútua entre Estado e Sociedade Civil, caracterizando-se como nova ação, com atividades e atendimentos eventuais.
 - (C) naturalização do princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade deve anteceder a do Estado.
 - (D) concepção hegemônica de que é uma política de atenção aos pobres, aos necessitados sociais, aos frágeis e carentes.
 - (E) seguridade social, que está sendo tratada como bem público e social do estatuto de uma sociedade para alcançar todos os seus membros.
-
32. Na abordagem clássica, a ideia é a de que os movimentos sociais existem quando há:
- I. Um princípio de identidade construído coletivamente ou de identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania.
 - II. Definição coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo.
 - III. A construção de projeto de transformação ou de utopias de mudança social nos campos societário, cultural ou sistêmico.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
33. Atualmente no Brasil, a violência contra mulheres é reconhecida como violação dos direitos humanos e, para tanto, estabeleceu-se a prevenção como um dos eixos fundamentais para
- (A) a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos familiares que valorizem a sua composição com pai, mãe e filhos.
 - (B) a inserção nos currículos escolares em todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos ao papel da mulher na sociedade, no cuidado com o espaço doméstico.
 - (C) o fortalecimento de práticas sociais voltadas às virtudes femininas de diálogo, subalternidade e mediação, por meio de realização de campanhas.
 - (D) a transformação dos valores discriminatórios ainda praticados pela sociedade brasileira, especialmente no que se refere aos estereótipos dos papéis masculino e feminino.
 - (E) a afirmação do caráter restrito ao âmbito privado para a resolução de violência ocorrida do homem sobre a mulher.
-
34. A partir da Carta Constitucional de 1988 instituiu-se o arcabouço jurídico que permitiu a consolidação do regime democrático no Brasil. Os Conselhos se institucionalizaram em praticamente todo o conjunto de políticas sociais do país, representando
- (A) a forma de conseguir mais recursos para as entidades da sociedade civil responsáveis pela execução de determinada política pública.
 - (B) a expressão das propostas governamentais absorvidas pela sociedade civil organizada.
 - (C) a nova forma de expressão de interesses e de representação das demandas e atores junto ao Estado.
 - (D) a legitimação da presença do Estado na definição de políticas e no exercício do controle social.
 - (E) o espaço público com a presença da sociedade civil voltada ao ativismo social e à solidariedade social com a responsabilidade pela efetivação de serviços.
-
35. A avaliação de programas sociais é uma categoria de estudo que focaliza diferentes aspectos, com o objetivo de melhorar a qualidade dos processos de implementação ou de verificar seus resultados. Para tanto, pode ser compreendida como
- (A) auditoria anual que visa corrigir desperdícios, improbidade, negligência e omissão, tendo como foco a legalidade dos atos da administração pública.
 - (B) estudos que tenham como objeto as dimensões de processos e resultados que englobem desempenho, impactos e efeitos.
 - (C) processo no qual deve ser excluída a participação de instituições externas com realização de pesquisas com perguntas genéricas.
 - (D) expressão de fenômenos que indiquem validade, confiabilidade, sensibilidade, desagregação e periodicidade.
 - (E) coleta regular e processamento de dados, produção, acompanhamento e análise dos indicadores priorizando os quantitativos.



36. No Brasil, no século XXI, a instituição família é referência a mudanças e padrões difusos de relacionamentos. A partir dessa afirmação, ao realizar trabalho com famílias, o assistente social deve considerar que
- (A) os acontecimentos a ela ligados vão além de respostas biológicas universais às necessidades humanas, configuram-se diferentes respostas sociais e culturais, disponíveis a homens e mulheres em contextos históricos específicos.
 - (B) o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe profunda alteração no que se refere à família com o estabelecimento da chefia conjugal sob a responsabilidade do homem que possui direitos e deveres.
 - (C) o Estatuto da Criança e do Adolescente cristalizou a sacralização da família a ponto de introduzir a ideia da necessidade de protegê-la legalmente, independentemente de seus atos em relação à criança.
 - (D) a doutrina da proteção integral aos direitos da criança e do adolescente, promulgada em 1990, garantiu a equidade na atenção às crianças e adolescentes e estabeleceu a diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos.
 - (E) as referências para o atendimento à família constituiu-se, a partir dos modelos que historicamente foram delineando a composição familiar, como uma unidade biológica composta segundo leis da natureza, poderosa força simbólica.

37. Considere:

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.*

Manuel Bandeira

Representa o texto acima:

- (A) nas franjas da sociedade capitalista, apesar de serem inseridas em programas sociais, as pessoas apresentam situações crônicas, e continuarão sempre desajustadas.
 - (B) é a expressão da questão social na atualidade, onde há igualdade de oportunidades que não são utilizadas por todos os indivíduos.
 - (C) na base da estrutura social em vigor, em que prevalece a competição, é natural que, existam as elites e a massa de miseráveis.
 - (D) cabe ao mercado a regulamentação e a intervenção para que a situação acima descrita possa ser enfrentada e resolvida.
 - (E) o cerne da questão social está no conflito entre capital e trabalho.
38. O profissional de Serviço Social possui instrumentos técnico-operativos cujo uso adequado possibilita o conhecimento dos sujeitos atendidos e das relações que estabelecem no meio em que vivem. Pode ser identificado como instrumento utilizado
- (A) na entrevista, com predomínio das individuais, com casais, famílias e colaterais.
 - (B) na observação lúdica e contatos lúdicos com a criança.
 - (C) na aplicação de testes com a família.
 - (D) no preenchimento de formulários no atendimento inicial para pedido de guarda, tutela e adoção.
 - (E) no estudo social para concessão do benefício da prestação continuada.

39. O projeto ético-político do Serviço Social, quanto aos seus compromissos, compreende

- (A) o espaço democrático de construção coletiva que indica a coexistência de uma única concepção de pensamento crítico, que não permite o pluralismo de ideias no seu interior.
- (B) a vinculação a um projeto de transformação da sociedade, tendo em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central.
- (C) a produção de conhecimentos ligados aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem.
- (D) a direção social às ações profissionais que favorecem as posturas teóricas conservadoras.
- (E) o voluntarismo político-profissional para o qual basta a boa vontade e um ideal para se transformar a realidade.



40. Segundo o Código de Ética do Assistente Social, constitui-se dever do profissional
- (A) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
 - (B) não denunciar falhas nos regulamentos e programas da instituição em que trabalha, mesmo quando estiverem ferindo os princípios do Código, pois o profissional deve respeitar as regras institucionais.
 - (C) contribuir para a viabilização da participação da população usuária, considerando apenas os espaços disponibilizados pela instituição.
 - (D) substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.
 - (E) não proceder a devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas a usuários, devido ao fato de que estas são sigilosas.
-
41. Ao idoso com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos serão reservadas duas vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros. A comprovação de renda será feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:
- I. Carteira de Trabalho e Previdência Social com anotações atualizadas.
 - II. Documento ou carteira emitida pelas Secretarias Estaduais ou Municipais de Assistência Social ou congêneres.
 - III. Atestado de pobreza emitido pelo Juiz.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
42. O Assistente Social, ao desenvolver o trabalho com famílias numa perspectiva crítica, deve orientar sua atuação profissional a partir da análise de que
- (A) há um modelo de família cujo padrão desenha responsabilidades e papéis familiares quanto ao desempenho de um bom pai e de uma boa mãe, atribuindo-lhes um lugar bem definido.
 - (B) a atuação deve ser indireta, acompanhando à distância as formas e meios disponíveis que a família utiliza para se desenvolver, objetivando não criar dependência.
 - (C) as ações devem ser focalizadas nas situações-limite das famílias e não nas cotidianas, promovendo a assistência e respostas residuais.
 - (D) os serviços devem partir da conveniência das instituições, fixando critérios e formas de atendimento para que as famílias possam se reorganizar e se adaptar a essa sistemática.
 - (E) o apoio e seu fortalecimento devem ocorrer dentro do contexto social inclusivo, adotando como categoria organizadora do trabalho as necessidades familiares e a estrutura de cuidados de que a família é dotada no momento.
-
43. A construção de políticas de proteção social nasce da contradição entre uma ordem econômica que reproduz miséria e uma ordem política que afirma a igualdade entre os cidadãos. Cidadania plena
- (A) é um projeto de redefinição das relações sociais em direção à redistribuição da renda, à equidade e justiça social.
 - (B) é parte do processo de consolidação do Estado e de sua democratização na garantia prioritária de direitos difusos.
 - (C) refere-se a um Estado em que se reconhecem as políticas assistenciais, pois elas se constituem na grande novidade da seguridade social contributiva.
 - (D) estrutura-se na proteção social com base na segurança social dirigida à população assalariada.
 - (E) efetiva-se pelo acesso da população de extrema pobreza ao Programa Comunidade Solidária.



44. No Brasil, grupos mais vulneráveis ao preconceito e à discriminação, como é o caso das pessoas portadoras do vírus da AIDS, possuem legislação específica que define como direito
- (A) prioridade absoluta no julgamento de processos judiciais.
 - (B) saque integral do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
 - (C) saque do FGTS, somente à pessoa portadora do HIV/AIDS, não podendo ser solicitado pelas pessoas que possuam dependente com HIV.
 - (D) descontos progressivos dos valores de imposto de renda, em razão de aposentadoria, reforma ou pensão.
 - (E) gratuidade em todo o território nacional no transporte coletivo intermunicipal e municipal.
-
45. O Sistema Único da Saúde – SUS aponta como característica do modelo de Gestão:
- (A) Centralização da gestão entre as três esferas de governo.
 - (B) Comando único da gestão do sistema de saúde por meio das agências reguladoras.
 - (C) Focalização do Estado no atendimento das demandas sociais básicas, conforme interesse definido pelas agências reguladoras.
 - (D) Financiamento da esfera federal a partir da capacidade de endividamento do município e estado.
 - (E) Hierarquização dos serviços, conforme a complexidade da atenção à saúde, sob comando único.
-
46. O Serviço Social, ao ter como matriz teórico-metodológica a teoria que apreende o ser social a partir de mediações, parte do seguinte pressuposto:
- (A) A natureza do ser social é percebida em sua imediaticidade e na relação com a instituição que o atende.
 - (B) Nessa vertente emerge como metodologia dialógica, dirigindo-se ao vivido humano.
 - (C) Nesta matriz, o ponto de partida é aceitar fatos, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico.
 - (D) Caracteriza-se pela incorporação da abordagem estruturalista voltada a uma modernização conservadora.
 - (E) A sociedade é a união dos homens para realizar o bem comum e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.
-
47. No cotidiano, dentre outras atividades profissionais, cabe ao Assistente Social realizar ações socioeducativas, que deverão vincular-se a processos
- I. político-organizativos, entre os quais destacam-se os de mobilização e assessoria, que visam a participação política e a organização da sociedade civil.
 - II. de planejamento e gestão que correspondem ao conjunto de ações de planejamento, gestão e administração de políticas sociais, de instituições e de empresas públicas ou privadas e do próprio trabalho do Serviço Social.
 - III. socioassistenciais que correspondem ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas, a partir de demandas singulares, no âmbito da intervenção direta com os usuários em contextos institucionais.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
48. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões como instruções da área do Serviço Social em processos judiciais, os quais, na maioria das vezes, determinam mudanças de histórias de vida. A instrução social é compreendida como
- (A) uma instrução processual com conhecimentos das áreas sociais que integram a equipe interdisciplinar do Tribunal de Justiça.
 - (B) um conjunto de peças que documentam o exercício da atividade judicial em um caso concreto, conforme prevê o Código do Processo Civil e as determinações da regulamentação do Serviço Social.
 - (C) uma construção do conhecimento da situação que se apresenta como objeto de uma ação judicial, articulada ao conhecimento acumulado pela ciência, que vai balizar e referendar uma ação.
 - (D) uma ação processual que se atém a situações individuais e familiares expressas em sua imediaticidade.
 - (E) um conjunto de provas sociais que constitui os autos processuais colhidos por meio de verificação da veracidade utilizando-se como instrumento, o depoimento sem dano.



49. O registro, mais comumente elaborado pelo Assistente Social, que integrará os autos do processo é
- (A) o informe, que apresenta de maneira descritiva e interpretativa o registro de uma ou mais entrevistas, iniciais ou de acompanhamento.
 - (B) o relatório social, documento que relata, geralmente de maneira breve, alguma informação inicial ou complementar relacionada à ação processual.
 - (C) o parecer, que contém avaliação sobre a anamnese efetuada, finalizando com a interpretação e a análise.
 - (D) o laudo, documento utilizado como uma das “provas” que instruirá o processo e que poderá dar suporte à decisão e à sentença judicial.
 - (E) a anamnese, que retrata a história do indivíduo e a situação encontrada que ocasionou a ação processual.
-
50. O Assistente Social, pautado pela teoria dialético-crítica, ao formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido, necessita explicitar
- (A) o conhecimento pragmático e descritivo que utilizará nas instruções processuais, responsabilizando os sujeitos, famílias e grupos das mazelas sociais a que estão submetidos.
 - (B) o princípio norteador de sua prática profissional, são a perspectiva da prestação de um serviço que corrobore com o alcance dos objetivos institucionais para a manutenção do *status quo*.
 - (C) a defesa intransigente em favor dos critérios seletivos de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, considerando a necessidade de controle e tutela das classes subalternas.
 - (D) o compromisso profissional com o espaço sócio-ocupacional, delineando proposições focadas nas soluções determinadas e requeridas pela instituição, que já possui um manual a ser seguido para a diversidade dos casos atendidos.
 - (E) a interconexão das particularidades que enfeixam a demanda a ser atendida com as determinações gerais da sociedade, sem as quais o trabalho fica reduzido, perdendo a potencialidade de transformação, do qual deve ser portador.
-
51. A realização da política pública exige e reforça a constituição da esfera pública, que pode ser definida como
- (A) lócus construído social e historicamente na interconexão da relação entre Estado e sociedade e, como tal, um campo de conflitos e negociações.
 - (B) forma de ação estatal que remete à adoção de novos mecanismos de articulação dentro do Estado e no interior de suas esferas.
 - (C) parte integrante do processo de desenvolvimento social, pela via do fortalecimento do mercado, de forma a inscrever os interesses deste nos processos de decisão política.
 - (D) implantação de programas, projetos e serviços públicos sob a responsabilidade dos três entes federados, assim como a destinação orçamentária definida pelo Tribunal de Contas da União.
 - (E) destinação de recursos orçamentários, a título de subvenção social, para as organizações não governamentais, tornando-as do campo governamental.
-
52. A reabilitação profissional é um serviço da Previdência Social, prestado pelo INSS, de caráter obrigatório que prevê
- (A) o atendimento médico de caráter continuado para possibilitar o retorno ao mercado de trabalho dos segurados incapacitados por doença ou acidente.
 - (B) um Programa de Reabilitação Profissional, onde o segurado, após avaliação médico-pericial, é encaminhado e participa por livre adesão.
 - (C) tempo mínimo de contribuição de 24 meses para que o segurado tenha direito de acesso.
 - (D) a emissão de certificado, pelo INSS, após concluído o processo de reabilitação profissional, indicando a atividade para a qual o trabalhador foi capacitado profissionalmente.
 - (E) a responsabilidade do segurado na viabilização dos recursos materiais necessários à reabilitação profissional, tais como os instrumentos de trabalho (materiais imprescindíveis ao exercício de atividade laborativa), transporte e alimentação.



53. O Assistente Social, ao prestar atendimento às famílias, muitas vezes, depara-se com mulheres gestantes ou que já tiveram seus bebês e ainda, aquelas que estão em processo de adoção. Na regulamentação do salário- maternidade, este é um direito assegurado no caso de
- (A) nascimento de bebê a partir da 23 semanas, desde que nasça com vida.
 - (B) trabalhadora doméstica que tenha contribuição de, no mínimo, 6 meses.
 - (C) segurada facultativa, independentemente do tempo de contribuição.
 - (D) mãe adotante, por um período de 120 dias, independentemente da idade da criança.
 - (E) empregos simultâneos, sendo um salário-maternidade para cada emprego/atividade, desde que contribua para a Previdência nas duas funções.
-
54. No processo de desenvolvimento do capitalismo, na década de 1990, são notórias as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho. A reestruturação produtiva, possui como característica a
- (A) regulamentação do mercado com forte intervenção do Estado.
 - (B) ampliação dos mecanismos de acesso aos direitos sociais do trabalhador.
 - (C) linha de montagem de forma verticalizada, em série, concentrada, com separação entre quem planeja, pensa, elabora e quem operacionaliza.
 - (D) criação da Caixas de Assistência aos Trabalhadores como forma de ajuda mútua dos empresários, trabalhadores e sociedade civil.
 - (E) deterioração da condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora e de desproteção social do trabalhador.
-
55. Em se tratando de colocação em família substituta, de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é obrigatório:
- I. que sejam consideradas e respeitadas a identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, assim como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por Lei.
 - II. que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia.
 - III. a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III. apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, apenas.
-
56. As políticas sociais no Brasil, até os anos 80 possuíam como característica
- (A) a descentralização no processo decisório.
 - (B) a desconcentração financeira para os três entes federativos.
 - (C) a fragmentação institucional sem coordenação da ação dos diversos órgãos.
 - (D) o caráter da integralidade e da intersetorialidade.
 - (E) a participação da sociedade civil do processo de formulação das políticas.



57. O Assistente Social, ao desenvolver uma pesquisa, deve partir da compreensão de que
- (A) a metodologia inclui concepções teóricas, que se traduz no conjunto de técnicas e no potencial criativo do pesquisador.
 - (B) a pesquisa é uma atitude e prática teórica de busca que define um processo acabado e eventual.
 - (C) a pesquisa remete ao processo de produção do conhecimento, em que o sujeito busca confirmar uma realidade.
 - (D) a pesquisa envolve uma abordagem teórica que capta e apreende a complexidade e as articulações da realidade de maneira total e completa.
 - (E) o objeto da pesquisa são as pessoas, foco da análise que provoca a indagação, constituídas como matéria inerte.
-
58. No Brasil, nos anos noventa, como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a convergência de um projeto de
- (A) Estado máximo que se compromete progressivamente de seu papel garantidor de direitos.
 - (B) re-significação da participação, com a emergência da chamada “participação solidária” e a ênfase na responsabilidade social.
 - (C) valorização nas relações entre o Estado e os setores da sociedade civil com a politização da participação.
 - (D) redefinição de sociedade civil com forte ênfase na criação de espaços públicos de participação, visando o aprofundamento da democracia.
 - (E) alargamento de suas responsabilidades sociais com o estabelecimento de parceria com a sociedade civil.
-
59. O Assistente Social, ao elaborar um plano de intervenção profissional objetivando construir estratégias coletivas para o enfrentamento das diferentes manifestações da questão social, desenvolverá como ação:
- I. Pesquisa de dados de realidade quantitativos para trazer retratos da realidade, dimensionar os problemas que se investigam.
 - II. Investigação sobre as informações qualitativas da realidade para trabalhar com o real em movimento, em toda a sua plenitude.
 - III. Intervenção na realidade social com base na apreensão do movimento aparente que se apresenta do real.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
60. O Assistente Social que trabalha no Tribunal de Justiça, ao prestar atendimento a adolescentes em situação de risco, poderá desenvolver a seguinte atividade:
- (A) requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
 - (B) encaminhamento para recursos da comunidade.
 - (C) encaminhamento ao Ministério Público de notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
 - (D) expedição de notificações.
 - (E) representação junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas decisões.